



AS BEXIGAS E A BICHA: OS IMPACTOS DA VARÍOLA E DA FEBRE AMARELA NA ECONOMIA AÇUCAREIRA BAIANA ENTRE 1665 E 1687

AS BEXIGAS E A BICHA: THE IMPACTS OF SMALLPOX AND YELLOW FEVER ON
THE BAHIAN SUGAR ECONOMY BETWEEN 1665 AND 1687

WESLEY DARTAGNAN SALLES¹

Resumo

Neste artigo procuramos explicar os impactos de duas doenças na economia do Recôncavo baiano entre os anos de 1665 e 1687. O contexto é o da crise geral do século XVII e da sua influência na economia açucareira. Dentro dessa discussão, levamos em consideração o peso das doenças no processo de endividamento dos senhores de engenho, cujo resultado foi o incremento da crise no setor. Nesse sentido, a crise no setor açucareiro, para além de elementos externos e de mercado, como defende a historiografia sobre o assunto, também se equivale de elementos naturais e locais.

Palavras-chave: varíola; febre amarela; crise; açúcar; século XVII.

Abstract

In this article we try to explain the impacts of two diseases on the economy of the Bahian Recôncavo between 1665 and 1687. The context is that of the crisis of the general crisis of the seventeenth century and its influence on the sugar economy. Within this discussion, we take into account the weight of diseases in the indebtedness process of the ingenuity masters, the result of which was the increase of the crisis in the sector. In this sense, the crisis in the sugar sector, in addition to external and market elements, as advocated by historiography on the subject, is also equivalent to natural and local elements.

Keywords: smallpox; yellow fever; crisis; sugar; 17th century.

¹ Possui graduação em História pela Faculdade de Ciências e Letras de Assis (2010), Mestrado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2014) e Doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (2020). Foi professor no curso de história da UNESP/Assis. Professor na Unimar/Marília e UNESP/Marília Professor de Pós-graduação na UNIP/Assis. E-mail: wesleysalles674@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2674-4062>.

1. Introdução

O trabalho que aqui se apresenta deriva de uma ampla pesquisa de doutorado na área da história econômica do Brasil colonial. Entretanto, o tema desse artigo está relacionado à história das doenças. O século XVII representou, do ponto de vista geral da economia, um ponto de viragem, de passagem, de mudanças em toda a economia europeia. A nossa pesquisa procurou demonstrar de qual modo, em localidades e temáticas específicas, que a crise geral se manifestou em ambientes variados. Tanto os elementos macro, quanto micro históricos estão presentes nessa pesquisa.

No caso do império português na América, a produção e venda de açúcar, representavam o mais importante de sua economia e, por isso, a análise sobre a crise recaiu nesse tema. Ao procurar compreender a crise da produção de açúcar entre as décadas de 70 e 80 observamos que além da ligação com a economia europeia, havia os problemas locais, entre eles, a questão das doenças: varíola (1665/6) e febre amarela (1685).

A ideia do artigo surgiu da análise da documentação entre a Câmara da Bahia, senhores de engenho, Conselho Ultramarino e a Coroa. A crise na produção açucareira, explicada por autores como Vera Ferlini e Stuart Schwartz, que se abateu entre os anos 1670, e, principalmente, 1680, foi resultado de uma queda acentuada nos preços dos produtos no mercado europeu. Essa queda, para Vera Ferlini, foi o fator central para as dificuldades dos senhores de engenho na colônia. Stuart Schwartz, explicou que a queda no preço do açúcar ocorreu devido ao aumento da oferta causado pela entrada nas Antilhas como concorrentes da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro (SCHWARTZ, 1985, p.). Além da concorrência na venda do açúcar, também se fez sentir o aumento do valor dos escravos que, segundo o autor, intensificou a crise, diminuindo o lucro dos senhores brasileiros (FERLINI, 1988, p. 74 - 75). Crítico dessa maneira de interpretar, Jucá Sampaio, questionou os resultados de pesquisa dos autores ao afirmar que apenas a análise dos preços do açúcar não demonstrava a existência de um padrão negativo para a segunda metade do século XVII e, por isso, colocou em dúvida a tese de crise açucareira. A base para o questionamento foi a ascensão do Rio de Janeiro como centro da colonização, como centro do Império (SAMPAIO, 2003, p. 35).



A partir desse debate, novas perguntas foram feitas. Em primeiro lugar, fomos tentados a perguntar se houve uma crise na produção açucareira na segunda metade do século XVII. Ao realizarmos a leitura atenta das pesquisas de Vera Ferlini e Stuart Schwartz, observamos que suas evidências são irrefutáveis no sentido em que se propuseram à época, qual seja, demonstrar a relação do mercado europeu com a produção de açúcar na colônia, apontando a influência dele no Recôncavo. A linha de raciocínio de Jucá Sampaio sobre a ascensão do Rio de Janeiro como centro do império, no contexto de uma crise geral, entretanto, trouxe um agradável desconforto às certezas historiográficas existentes, mesmo que exagerando no tom crítico, advindo de uma escola que se estruturava no início dos anos 2000, em franco combate à linha historiográfica que procurava superar, e, portanto, negando todos os elementos possíveis (SALLES, 2016, p. 245 - 293).

Os questionamentos levantados por Jucá Sampaio levaram a historiografia a questionar algumas certezas e isso é muito importante para a evolução da historiografia especializada. Mas, muitos dos apontamentos feitos pelo autor, ao serem analisados não materializam. Jucá Sampaio, ao almejar a desconstrução da historiografia ligada aos “Antigo Sistema Colonial”, cujo papel central da análise é a exploração do mercado europeu sobre o colonial, acabou não percebendo o ponto, quiçá, mais alto de sua tese: que ascensão do Rio de Janeiro como centro do império esteve, justamente, ligada à crise geral do século XVII, como uma reação ao período de dificuldades, como resposta bem-sucedida de uma região à conjuntura geral. Não foi apenas o Rio de Janeiro que reagiu, mas, também Pernambuco, Bahia, São Paulo e outras capitanias, entretanto, de maneiras diversas.

Por isso, acrescentando às análises clássicas sobre o período e não as refutando, neste artigo explicamos de qual maneira a economia açucareira reagiu durante a crise da segunda metade do século XVII, especificamente, em relação ao surto de varíola de 1665/66. Os documentos apresentados são as *Atas da Câmara da Bahia*, os *Pareceres do Conselho Ultramarino*, as *Cartas do Senado da Bahia*, os Relatos de autores da época, como Antônio Vieira.

A compreensão sobre a crise geral do século XVII² tem como mote explicativo vários setores, entre os quais, o peso das grandes epidemias ocupa um lugar sinodal em nosso modo conceber. Até então o assunto não estava profundamente atrelado ao setor econômico. Neste artigo, refletimos sobre o papel de duas dessas doenças, as “*bexigas*”³ e a “*bicha*”⁴ na economia do Recôncavo baiano entre os anos de 1665 e 1695, principalmente, na economia dos engenhos.

A tese de superioridade física do negro em relação aos indígenas, que teria justificado a sua escravidão, recorrente até meados do século XX, eclipsou a importância de se estudar o impacto das doenças na saúde dos africanos. Em primeiro lugar, devido à legítima preocupação da historiografia em demonstrar o lado pesado do trabalho nos engenhos; e, em segundo, pela escassez de documentação específica, há uma lacuna na historiografia dos primeiros séculos de colonização em relação ao impacto das doenças nos negros. Um dos elementos que forcejaram a falta de estudos sobre a saúde dos negros nos primeiros séculos é a grande mortandade ameríndia frente à maioria das doenças e ao trabalho (GURGEL, 2010, p. 132). As histórias da medicina, da saúde e das doenças, de maneira recente, têm abordado a posição do negro em todo esse processo, procurando inseri-lo no centro das pesquisas, entretanto, os resultados dos trabalhos demonstram uma preferência cronológica pelos últimos séculos de colonização e pelo período imperial brasileiro, deixando séculos XVI e XVII à margem⁵.

2. “Bexigas”

² Existe um grande debate sobre a crise geral do século XVII. Ele se iniciou com a publicação de um texto de Eric Hobsbawm sobre o momento de passagem do modo de produção feudal ao capitalismo. Segundo ele, o momento de transição teria sido o século XVII, a partir de uma crise estrutural que destituiu a sociedade medieval e deu elementos para a nova sociedade capitalista. A HOBSBAWM, Eric. “The General Crisis of the European Economy in the 17th Century” *Past & Present*, nº 5. 1954. Pp. 33-53. Em resposta à tese de Hobsbawm, Trevor-Hoper, na mesma revista, publicou texto pouco tempo depois mudando o foco da crise do século XVII para o âmbito da história política. (TREVOR-ROPER, 1959) Ambos textos foram criticados pelas características generalistas sobre o período. Algumas pesquisas cujo foco foi criticar as teses referidas: (ROMANO, 1962; LUBLINSKAYA, 1968; ELLIOTT, 1963; PARKER, & SMITH, org., 1978; WALLERSTEIN, p. 1979).

³ As bexigas eram a denominação da varíola, entretanto, algumas doenças tais como a varicela, poderiam ser confundidas com a varíola e serem chamadas de bexigas. Sendo assim, seguiremos a denominação da época para tratar da doença, evitando confundir tratar de varíola quando poderiam ser outras doenças.

⁴ Denominação baiana para febre amarela. Em Pernambuco era chamada de “Males”.

⁵ Entre esses trabalhos, podemos destacar os realizados sob a égide da revista e grupos de trabalhos de “Manguinhos” no Rio de Janeiro. Citemos alguns desses exemplos na obra: (PIMENTA & GOMES, 2016). Neste excelente trabalho, encontramos, número considerável de trabalhos relativos à área da pesquisa sobre as doenças. Não obstante, o livro não trata dos séculos iniciais da colonização.

As *bexigas*, nome dado aos achaques causados pelo vírus da varíola⁶, foi a doença que mais matou na história da humanidade e ela influenciou profundamente a economia portuguesa na segunda metade do século XVII. Os documentos confirmam com bastante clareza essa relação, como demonstraremos abaixo. Antes, observemos a definição de Bluteau sobre elas:

Procede de um sangue viciado, que causa essa efervescência na massa sanguínea, e do sangue reconcentrando nas bostelas⁷ se geram uns pequenos abcessos, com impressões corrosivas na pele, que nela deixam umas pequenas cicatrizes. Gastam as bexigas três dias para sair, depois nove estão secas. É mal contagioso, e tão perigosamente simpático, que muitas vezes a irmãos, e irmãs, ainda que distantes uns dos outros, no mesmo tempo se comunica (BLUTEAU, 1712, p. 115).

Segundo ele, existiam várias formas de bexigas: *bexigas negras*, *bexigas de pelo de lixa*, *bexigas de ta*, *bexigas doidas*. O termo varíola, *Variolae*, entretanto, em alguns contextos, eram utilizados na história por alguns médicos latinos⁸. Se analisamos a história da varíola observamos, portanto, que praticamente todas as sociedades antigas, de alguma forma tiveram epidemias muito anteriormente a Era Cristã (SCHATZMAYR, 2001).⁹ Quando os europeus chegaram ao oriente, na era dos descobrimentos, obtiveram esse conhecimento acumulado por séculos. “Nessa mesma época, o método indiano foi adotado na Grécia, no

⁶ Da família do *poxviridae*, subfamília *chordopoxvirinae*, gênero *Orthopoxvirus*, espécie *Vaccinia vírus*, causadores da *smallpox* (varíola humana), *cowpox* e *vaccinia*. Existem outras espécies *vaccinia vírus* que atacam outros vertebrados, como gados, marsupiais, roedores, etc. como demonstra (OKUDA, 2013).

⁷ Leia-se pústulas.

⁸ O nome da doença vem do latim, “*Varius*”, usado por Plínio e Celsus para indicar uma enfermidade na pele.

⁹ Não há consenso sobre a origem da varíola no continente europeu, mas, estudos arqueológicos demonstram que Ramsés V morreu da doença no ano 1157 a. c. A doença causou tanto impacto na história que vários povos criaram entidades sobrenaturais relacionados à sua manifestação. Na Índia, *Sitala Mata*; Japão, *Tametomo*; China, *Ma-Chen* e *Pan-Chen*; yorubás africanos, *Sopona*, que chegou ao Brasil com o nome de *Omolu* e *Obaluaê*. Assim, embora práticas de cura e prevenção tenham sido feitas, o fator místico e sobrenatural direcionavam a interpretação sobre as doenças contagiosas. Na Índia e na China, havia um método rudimentar de imunização, precursor da vacina, que consistia em fazer as pessoas entrarem em contato com restos de escrófulas infectadas. Na Índia, alguns brâmanes itinerantes se dedicavam à prevenção da doença, coletando o líquido das pústulas de pessoas atingidas pela varíola, embebendo com algodão para ser usado posteriormente. Esfolavam-se a pele das pessoas saudáveis por um período até surgir ferimentos leves e depois colocava-se o algodão embebido pelas águas sagradas do rio Ganges e fechavam com uma atadura, deixando por seis horas, retirava-se as bandagens e deixava o algodão cair. Dessa maneira, em contato com vírus e anticorpos dos já atingidas, alguns sofriam febres, centenas de pústulas e se recuperavam com relativa facilidade. Como o ataque viral não era tão grande como a doença na sua forma natural, as feridas não eram tão profundas ou mortais. Na China, existia a lenda de que uma monja vivia como eremita no Tibet e preparava o pó das cascas da varíola, misturada com planta e passava nas narinas das crianças para protegê-las e tornar a doença mais branda. Em ambos os casos, o método não era totalmente seguro, não obstante, o conhecimento sobre o fato de a doença não achacar a mesma pessoa duas vezes se tornou muito importante, implicando em futuros procedimentos. Martins RA. “A Varíola e a Descoberta da Vacinação”. (MARTINS, et al, 1997, p. 125)



Egito e depois na Turquia, e de lá acabou chegando à Europa” (MARTINS, et al, 1997, p. 125).

A partir da influência oriental, os europeus desenvolveram um método parcialmente eficaz contra a doença que consistia em passar a uma pessoa saudável o achaque, por meio de arranhões feitos nos braços e testa com uma agulha em líquidos coletados de pústulas “maduras”. Isto é, quando o sistema imunológico já tinha desenvolvido anticorpos capazes de vencer a *smallpox*. O método chegou na Turquia, o que causou espanto nos maometanos que impediram seu uso. No entanto, os cristãos turcos usavam um método de inoculação da varíola no braço que chamou atenção de um médico grego que vivia na região, Emanuel Timoni e em 1713 enviou uma carta à *Real Society* de Londres. Depois de um desinteresse inicial, na década seguinte, o método passou a ser estudado com mais ênfase. Assim, em 1725, em estudos feitos com criminosos em Newgate, que se ofereceram como voluntários ao experimento, e ganhariam a liberdade caso sobrevivessem, demonstraram sucesso. Os testes foram feitos da seguinte maneira, 7 voluntários testados com o método chinês e 6 pelo método turco. Devido ao fato de o cérebro de um dos prisioneiros ter sido afetado no primeiro grupo, houve o abandono desse método e o uso sistemático do turco, que passou a ser chamado de “*variolação*”, “*inoculação de bexigas*” (MARTINS, et al, 1997, p. 125). Jesuítas portugueses estudaram a pesquisa e passaram a aplicar no Brasil, mas apenas no século XVIII; no século XVII ainda não havia métodos de prevenção em uso, apenas o da quarentena (MARTINELLI, 1997, p. 3).

Sendo assim, os métodos, ainda que elementares de prevenção sobre a varíola, eram poucos ou não se apresentam notícias de terem sido usado no império português, sendo a quarentena, a única referência. Nenhum método de imunização era usado pelos colonos do século XVII. A medicina colonial era realizada pelos Jesuítas e eles tratavam dos doentes com base na farmacologia europeia, oriental e indígena (CALAINHO, 2005, p. 15). Não obstante, até o século XVIII, o conhecimento sobre “*variolação*” não existia entre eles. Embora seja riquíssima e de grande qualidade a medicina jesuítica, com boticas abastecidas com ervas e todo tipo de remédio, até meados do século XVIII, o Brasil estava desprotegido em relação à varíola, no que se refere à imunização.

O impacto das doenças na população indígena foi imenso, causou, de imediato, nos primeiros contatos dos descobrimentos, um verdadeiro massacre sobre os indígenas. Muitas

das doenças, como a *Influenza*, a *variola*, o *sarampo*, eram desconhecidas pelo sistema imunológico dos ameríndios e por isso o impacto das primeiras décadas foi colossal.

De verdade, a vulnerabilidade dos índios ao choque epidemiológico – resultante da união microbiana do mundo completada pelos Descobrimentos – constituiu um fator restritivo à extensão do cativeiro indígena e, inversamente, facilitou o incremento da escravidão negra. Em virtude do fracionamento demográfico, da dispersão territorial e da ausência de animais domésticos (suscetíveis de transmitir zoonoses), os povos pré-cabralinos permaneciam ao abrigo das pandemias que açoitaram o novo mundo (ALENCASTRO, 2006, p. 127).

Doenças como a *variola* implicaram no uso de mão de obra negra pelo fato deles resistirem às doenças às vistas dos colonizadores, pois, justamente, os surtos de *variola*, como defendem (ALDEN & MILLER, 1987, 195 - 224), eram originárias do continente africano, e, portanto, o sistema imunológico já estava adaptado às consequências do achaque. Embora a afirmação de Alencastro pareça estar ligada ao determinismo biológico sobre a escravidão, ela tem sentido mediante aos relatos da época sobre a prática. Além de serem vistos como mais resistentes à doença, ela fazia parte da organização espiritual de variados povos que foram escravizados. Em uma dessas relações de proximidade, podemos detectar na religião, na presença dos Orixás (PRADI, 2001, p. 202 - 220). “*Obalúaué (Rei Dono da Terra) ou Omolu (Filho do Senhor) são os nomes geralmente dados a Sànpònná, deus da variola e das doenças contagiosas, cujo nome é perigoso ser pronunciado. Melhor definindo, ele é aquele que pune os malfetores e insolentes enviando-lhes a variola*” (VERGER, 2018, p. 75)

Os escravos eram considerados, no Brasil, apenas ferramentas de trabalho, e, dessa maneira, quando observamos os relatos sobre a doença em sua população, eles são apenas números. No caso dos indígenas, desde os primeiros contatos foram dizimados pelo vírus e, por isso, a historiografia especializada ressaltou esse aspecto e, dessa fora, a mortalidade dos negros africanos ficou eclipsada pelo volume de informações relativas a eles. Alguns documentos ainda tratam das mortes de escravos e deixam ambígua a conclusão sobre a contagem de mortos. Observemos o caso do relatório do embaixador inglês no Brasil, que afirmou que no surto variólico entre 1665 e 1666 mais de 16 mil escravos morreram e não houve distinção entre índios e negros, de acordo com BOXER e ALDRIDGE, (apud ALENCASTRO, 2006, p. 131). A conta sobre o número de escravos dizimados pelas doenças é impossível de ser feita para o Brasil colonial

Joseph Miller e Dauril Alden defendem a tese de que todos os surtos de *variola* que a América passou foram ocasionados por vírus advindos de fora, sobretudo transportados pelo



tráfico negreiro. Ao observar a documentação relativa às pestes da segunda metade do século XVII, tanto em Angola quanto na Bahia, podemos perceber que os dois surtos que existiram na Bahia (1665/6 e 1685) tiveram relações diretas com o tráfico (ALDEN e MILLER, 1987, 195 - 224).

A varíola esteve presente em todo o território colonial tocado pelos navios negreiros. Depois da Restauração, ao menos três grandes surtos existiram até o final do século e as consequências foram extremamente negativas para a economia colonial, intensificando a crise. Em 1642, os Oficiais da Câmara do Rio de Janeiro escreveram uma carta ao novo rei explicando a gravidade de uma epidemia de bexigas que tinha assolado a capitania e que provocou “*grande mortandade*” de escravos que afetou a produção de açúcar. Os moradores tinham ficado, segundo a petição, sem condições para sustentar a infantaria e, por isso, precisavam de moedas para amparar as tropas. Ainda, pedia ao rei que se dessem licenças para navios de pequeno porte com produtos metropolitanos aportarem (AHU_ACL_CU_017, Cx. 2\Doc. 107 - 1). Em fevereiro de 1644, menos de dois anos depois, os camarários enviaram nova carta ponderando sobre a gravidade do surto e suas consequências na capitania e na produção de açúcar devido a quantidade excessiva de escravos mortos (AHU_ACL_CU_017, Cx. 2\Doc. 116 - 1). Não observamos relatos para outras capitanias para esse contexto.

Não obstante, o grande surto variólico no Brasil no século XVII ocorreu entre 1665 e 1666, com relatos em boa parte do território. Em 10 de março de 1666, os camarários cariocas enviaram carta ao rei explicando que a produção de açúcar tinha sido reduzida por causa da mortandade dos escravos e que não poderiam pagar o tributo do “Dote Paz”, devido à “*pobreza instaurada*” na Capitania. O pedido era de dilação do prazo (AHU_ACL_CU_017, Cx. 4\Doc. 362, p. 1). O mesmo pedido foi feito pelos baianos, que estiveram expostos um ano antes ao surto (DHBN, 1950, vol. 88, p. 211 - 212). A peste de 1665/66 causou tantos danos financeiros aos baianos que ainda em 1681 eles ainda sentiam o peso das dívidas adquiridas por causa do surgimento do vírus.

Os oficiais da Câmara da Bahia, por carta de 30 de junho deste ano, representam a Vossa Alteza o **miserável estado em que se acha aquela cidade e seu Recôncavo**, ocasionado dos limitados rendimentos dos seus frutos e do pouco valor dele, do qual nascia uma ruína geral a todos aqueles moradores.

E sobre ela o estrago que este ano fizeram as bexigas que reputaram por peste, com as quais ficaram as fábricas dos engenhos e fazendas de canas muito diminutas (...) (grifos nossos) (DHBN, 1950, vol. 88, p. 211 - 212).



Ainda afiançam que,

Os oficiais da Câmara da Cidade da Bahia, em carta de 9 de julho deste ano, representam a Vossa Alteza os serviços que aqueles moradores tem feito assim na guerra como na paz, com fazendas e vidas, padecendo por esta causa os trabalhos manifestos e sobretudo o de duas pestes de bexigas, com que se acham tão atenuados da fazenda que apenas podem hoje sustentar as famílias que antes eram bem abundantes. E que desejando acrescentar seus filhos com o lustre das boas artes e ciências nas Universidades do Reino, e autorizá-los com os graus de licenciados e doutores o não podiam fazer por falta de cabedais para os enviar e sustentar neste Reino, como convém) (DHBN, 1950, vol. 88, p. 216 – 217).

Nas cartas citadas acima, percebemos que o endividamento dos senhores de engenho foi muito grande, ao ponto de afirmarem que não conseguiam sustentar suas famílias, que o luxo tinha deixado de existir e que os seus filhos não conseguiam mais ir ao reino estudar. Tais reclamações são indícios de que os senhores de engenho empobreceram no período. Essas reclamações comprovam a tese de que a segunda metade do século XVII foi um momento de diminuição geral do tamanho dos engenhos, na prevalência das *engenhocas* em detrimento dos engenhos reais¹⁰.

Nossa pesquisa sobre a estrutura dos engenhos apenas foi possível para a Bahia, entretanto, ao analisar a temática das doenças, conseguimos perceber que a sensação de empobrecimento fomentada pelas doenças se fizeram presentes em várias capitanias. Em 12 de março de 1666, o ouvidor-geral do Rio de Janeiro, Manuel Dias Raposo, enviou carta à coroa afirmando que a morte de escravos na capitania era tão grande que havia deixando os senhores de engenho empobrecidos por causa da queda na produção de açúcar (AHU_ACL_CU_017, Cx. 4/Doc. 363, p. 1). No mesmo ano, no Espírito Santo, alguns engenhos que tinham sido “*desfabricados*” e, dessa maneira, assumidos pelo fazendeiro e senhor de engenho Fernandes Monsanto, que explicava ter perdido boa parte da escravatura para as bexigas (19 negros) pedia a reposição dessas peças e foi atendido pelo governo da Bahia (DHBN, vol. 7, 1929, p. 270 - 271).

O relato de Sebastião Rocha Pitta da conta de explicar que a epidemia de varíola começou em Pernambuco, se apoderou da Bahia e chegou, por fim, ao Rio de Janeiro de maneira devastadora.

As casas, que contavaõ nas suas famílias de portas a dentro o numero de quarenta, ou cinquenta pessoas, não tinhaõ huyi a sãa, que podesse curar das enfermas, nem sahir a

¹⁰ Tese desenvolvida em nossa tese de doutorado.



buscar os remedios, e chamar os Médicos, os quaes não podiaõ acudir às innumeraveis partes para onde eraõ solicitados, e não atinavaõ nas medicinas, que haviaõ de applicar, porque com incerto effeito experimentavaõ sararem huns das que outros morriaõ, com que tudo era confusão, e sentimento (DHBN, vol. 7, 1929, p. 248).

Os relatos de Rocha Pitta dialogam com a documentação das *Atas da Câmara*, das *Cartas do Senado* e pareceres do Conselho Ultramarino até no ponto em que citam o cometa como responsável pelo aviso sobre o surgimento das doenças.

no seguinte de mil e seis centos e sessenta e seis, experimentou o Brasil huma das mayores Calamidades, que padecera desde o seu descobrimento, e conquistas, precedendo hum horroroso Cometa, que por muitas noites tenebrosas, ateado em vapores densos, ardeo com infausta luz sobre a nossa America, e lhe annunciou o damno, quê havia de sentir ; porque ainda que os Metheoros se formaõ de incêndios casuaes, em que ardem os átomos, que sobindo da terra, chegaõ condensados à tesféra, as cinzas em que se dissolvem, saõ poderosas assim a inficionar os ares para infundirem achaques, como a descompor os ânios para obrarem fatalidades ; tendo-se observado, que as mayores ruynas nas Republicas, e nos viventes trouxeraõ sempre diante estes sinaes. Tal foy o que appareceo no Brasil hum anno, antes dos estragos, que se lhe seguirão (PITTA, 1730, p. 247).

O autor demonstrou que a doença foi catastrófica para as capitanias, especialmente para a Bahia. A pobreza se generalizou em todas as camadas. Muitos senhores de engenho perderam quase todos os seus bens devido ao surto porque ele interferiu diretamente na produção dificultado o cultivo dos alimentos, o que levou a uma fome no Recôncavo.

constando a mayor parte daquelles habitadores de escravos para as fabricas dos Engenhos, fazendas, e lavouras, houve alguns Senhores destas propriedades, que perdendo todos os que tinhaõ, ficaraõ pobres, e não poderaõ em sua -vida tornar a beneficiar as suas possesoens, ficando em muita necessidade algumas Familias nobres, que possuirão grandes cabedais (PITTA, 1730, p. 249).

Embora a narrativa de Rocha Pitta pareça exagerada, se observada em conjunto com a economia e com os relatos da Câmara, percebemos todas as colocações do autor estão corretas. A dívida contraída pelos senhores de engenho na segunda metade do século XVII foi muito alta e o papel da varíola é enorme. Sempre devemos ter em mira que o peso dos impostos posteriores à Restauração foi muito grande, que a baixa do açúcar a reboque da queda geral dos preços foi o grande fator explicativo para a crise na produção açucareira. Os senhores de engenho, sem capital para comprar os produtos, passaram a oferecer as safras seguintes e o açúcar ainda não produzido como garantia. Com as mortes dos escravos entre 1665 e 1666, os senhores de engenho não tinham condições de pagar seus credores e, dessa maneira, passaram a ser executados em seus equipamentos de engenhos, nas peças de cobre,



na escravatura e, por isso, muitos deles foram desfabricados. Por isso, nesse período, houve uma grande mudança na estrutura dos engenhos, prevalecendo os pequenos em detrimento dos grandes. Com as diversas reclamações, a coroa passou a proibir que a execução das dívidas passasse de 50% dos rendimentos do engenho e tampouco na escravaria (DHBN, 1945, vol. 67, p. 53). A Reclamação desses senhores era a de que a dívida havia sido contraída devido ao surto de bexigas (AHU_ACL_CU_005, Cx. 25\Doc. 3006, p. 1) e que o número de escravos que haviam morrido impossibilitava a produção, causando a inadimplência (DHBN, 1945, vol. 67, p. 54).

Com que facilitou a alguns moradores circunvizinhos a cultivar as terras que por falta de engenho estavam devolutas e tendo-o assim feito por causa das reais safras que houve os anos passados e **grande mortandade de negros pelas bexigas**, que deram geralmente, ficou o engenho quase desfabricado e para o poder tornar a reformar fez grandes empenhos que não pode satisfazer, antes se impossibilita pela quantidade de donativos que pagam, assim antigos, sustento da infantaria como para o dote da Senhora Rainha da Grã Bretanha, e pazes de Holanda, com o que alguns credores o executam nos negros, fábrica do Engenho e outros efeitos que tem, e se continuarem com o obrigarem a seus devidos ficará de todo arruinado e não poderá continuar com moer o engenho tanto em seu prejuízo e da fazenda de Vossa Alteza (DHBN, 1945, vol. 67, p. 54).

Pensando na Bahia, capital do Estado do Brasil, maior centro produtor de açúcar, percebemos que a crise da década de 80, sobretudo, depois de 85, esteve atrelada a uma variedade de fatores, entre os quais a doença das bexigas. Os anos que se seguiram aos surtos de 1665 e 1666 foram terríveis aos baianos que ainda no início da década de 80, não haviam se recuperado (DHBN, 1936, vol. 32, p. 369 - 371) e navios com bexigas continuavam a chegar da África ao porto da Bahia.

Recebi a carta de Vossas Mercês com o aviso da nomeação dos oficiais para a saúde pois tanto convém haver esse resguardo como se conhece do dano (pois houve com falta dele pela entrada da fragata Madre de Deus que veio da Mina a esta Bahia, cheia de bexigas, para destruição deste povo, como se experimentou tanto a custa dele, e assim devem Vossas Mercês ordenar as pessoas nomeadas para esta diligência (prontamente acudam toda e qualquer embarcação que entrar nesta Bahia a visitá-la em companhia do médico e quando se necessite de alguma despesa para este efeito será justamente para que se ponha por obra o que não entendi depois que teve aviso de Vossas Mercês ou por esperar a minha resolução. Deus guarde a Vossas Mercês muitos anos. Bahia, 20 de agosto de 1682. Antônio de Sousa. (DHBN, 1949, vol. 86, 231).

Ao que parece, o surto da Costa da Mina do início da década de 80, não causou muitos danos na Bahia. Entretanto, navios chegados com doentes de Angola causaram nova epidemia no Recôncavo e, dessa maneira, diversos pedidos de traficantes para irem à Costa da Mina em



detrimento de Angola surgiram, observemos os argumentos contidos num desses registros de alvarás de 22 de julho de 1685:

nele o mal de bexigas de tal maneira que se pode temer que em muitos anos se não refaça a perda de muitos negros que morreram nele retardando se poderem vir as embarcações a este Estado que precisamente são necessárias para a conservação dos Engenhos dele. Hei por bem conceder (como pela presente faço) na forma que tenho ordenado) a licença que pede para partir (à conservação dos Engenhos dele digo) para a Costa da Mina, e vir a esta cidade livremente em direitura sem tomar o porto ele São Thomé (sem embargo de que o não podia fazer sem ir registrar aquela Ilha) pagando os direitos que pertencerem à Fazenda Real nesta cidade dando fiança na forma do estilo a qual lhe mandará tomar o Provedor delia ela quantia que julgar bastante a segurança que contém as cláusulas desta licença depois de posta a arqueação na forma do estilo pelo que ordeno a todos os Governadores Capitães-mores Provedores da Fazenda Real Alfândega das Capitánias deste Estado lhe não impeçam fazer sua viagem antes lhe dêem para isso todo o favor, e ajuda que necessário lhe for para firmeza do que lhe mandei passar a presente sob meu sinal e selo de minhas armas a qual se registara nos livros da Secretaria deste Estado e nos mais a me tocar e se guardará e cumprirá tão pontual e inteiramente como nela se contém sem dúvida embargo nem contradição alguma (DHBN, 1934, vol. 28, p. 317).

Podemos observar, também, que o processo ocorreu em concordância com a legislação da época, com a lei das arqueações de 1684, que tentava controlar o tráfico diminuindo a mortalidade a bordo. De qualquer maneira, as medidas de contenção objetivadas com a lei das arqueações e com a diminuição do tráfico entre Angola e Brasil não foram capazes de inibir a disseminação do vírus da varíola e a Bahia foi tomada rapidamente pela epidemia que se espalhou por outras partes do Brasil e ceifou a vida de milhares de negros, índios e alguns brancos. Partindo da experiência da peste de 1665/66, os baianos se preocupavam sobretudo com a economia, com a conservação dos engenhos e muito pouco com vida. Em nenhum dos relatos oficiais existe a preocupação com as mortes em si, apenas com a economia, com a situação dos engenhos e com as contas a pagar. A produção de açúcar, entretantes, é a única e exclusiva preocupação nos relatos; a vida ceifada dos escravos pela varíola era vista apenas como uma perda econômica, uma peça a repor, como um trabalhador a menos no engenho. Essa situação, em síntese, é a demonstração, em essência, do pensamento da elite colonial do século XVII. Dessa forma, pulularam pedidos de mudança na rota do tráfico negreiro para Costa da Mina entre 1686 (DHBN, 1934, vol. 28, p. 332, p. 424) e 1687 (DHBN, 1953, vol. 101). Esses pedidos, no entanto, devem ser entendidos, conjuntamente, a partir do incremento do comércio de tabaco entre as duas regiões (CARVALHO & SALLES, 2016; VERGER, 1987).



Embora o surto variólico em Angola tenha sido muito grande, não era o único difusor do vírus, como observamos em relatos. Por exemplo, em 4 de janeiro de 1681, uma sumaca chegou de São Tomé com 97 negros doentes que foram postos em quarentena (DHBN, 1929, vol. 9, p. 86), outra embarcação da Costa da Mina em 1682:

Recebi a carta de Vossas Mercês com o aviso da nomeação dos oficiais para a saúde pois tanto convém haver esse resguardo como se conhece do dano (pois houve com falta dele pela entrada da fragata Madre de Deus que veio da Mina a esta Bahia, cheia de bexigas, para destruição deste povo, como se experimentou tanto a custa dele, e assim devem Vossas Mercês ordenar as pessoas nomeadas para esta diligência (prontamente acudam toda e qualquer embarcação que entrar nesta Bahia a visitá-la em companhia do médico e quando se necessite de alguma despesa para este efeito será justamente para que se ponha por obra o que não entendi depois que teve aviso de Vossas Mercês ou por esperar a minha resolução. Deus guarde a Vossas Mercês muitos anos. Bahia, 20 de agosto de 1682. Antônio de Sousa. (DHBN, 1949, vol. 86, p. 231).

A varíola na Bahia, durante a segunda metade do século XVII, tinha vários focos e todos eles estiveram relacionados com o trato negreiro. Embora, os relatos portugueses tenham pesado para o surto angolano da década de 80, Luanda não foi o único porto a transportar a doença ao Brasil. O peso do achaque na produção, como demonstram os relatos, foi imenso, como ocorreu em 1665/66, mas, com o agravante da crise econômica causada pela queda no valor do açúcar, da falta moeda, do endividamento dos senhores de engenho (em boa parte influenciado pelas mortes de varíola), etc. A peste de 1685, assim como no passado, dizimou parte da população e causou pânico devido à enorme mortalidade.

Os oficiais da Câmara da Cidade da Bahia, em carta de 20 de julho deste presente ano, dão conta a Vossa Majestade que na aflição em que a todos punha a peste que deu naquela cidade, obrigara a todos a que não só tratassem dos remédios naturais senão também solicitassem a misericórdia e piedade divina por todos os meios que pudessem mover a levantar castigo tão rigoroso. (DHBN, 1959, vol. 89, p. 56 - 57)

Como observado acima, nesse contexto, havia um apelo muito grande ao território do sagrado para curar a peste. De fato, na sociedade colonial, baseada em valores do Antigo Regime, o aspecto sobrenatural das doenças surgia com força em momentos de desespero com esse, ao ponto de o Conselho Ultramarino sugerir que para além dos remédios naturais deveriam recorrer à piedade divina. De fato, a peste de 85, foi tão mortal quanto a de 20 anos anterior.

Embora dois surtos tenham ocorrido, com grandes mortes e perdas nos anos de 1665, 1666 e 1685, observamos na documentação que o vírus sempre esteve presente tanto na



capital do Brasil quanto e outros rincões da América. Apesar das pesquisas apontarem para o fator exógeno, atrelando-o ao tráfico negreiro, não podemos descartar – de modo algum – que a doença tenha se tornado endógena na colônia, em alguns momentos, ao menos. A tese de que sempre o vírus migrou e causou os surtos é bastante tentadora, visto o constante fluxo do tráfico, a coincidência de que quando havia epidemias nos fornecedores irradiava-se também na colônia americana. Para além do transporte do próprio vírus, no que se refere à mortalidade, existe um conjunto de fatores que dão sentido à duração e gravidade da doença - a qualidade da imunidade dos infectados, na maioria das vezes pelo regime alimentar. Não é verdade que epidemias virais não têm sucesso em sociedades bem alimentadas, mas é muito mais efetiva em ambientes de regime alimentar pobre, como era a sociedade colonial. Assim, todos reconheceram que em 1685 a sociedade baiana entrou em colapso. Observemos esse relato do Conselho Ultramarino:

Que do mesmo modo achara também que nunca os moradores daquela cidade estiveram mais impossibilitados que agora por as bexigas lhe levarem maior parte dos escravos, não renderem as safras a metade do que era estilo, terem as suas fazendas com pouco benefício, acrescentando-se a isto a falta de moeda e a carestia dos usuais, com que se lhes dificultaria muito poderem mostrar o zelo com que sempre serviram a Vossa Majestade, principalmente quando tinham sobre si os donativos do dote de Inglaterra e paz de Holanda e as fintas que contribuíam para o sustento da Infantaria (DHBN, 1950, vol. 89, p. 25)

Como observamos nos relatos acima, a epidemia intensificou a crise econômica que a Bahia passava ao ponto de as safras serem reduzidas pela metade, impossibilitando os baianos de cumprirem com seus compromissos financeiros com a Coroa e com seus credores. Ainda mais porque, ao mesmo tempo que passou por dois surtos de varíola em menos de 20 anos, a Bahia viu surgir a primeira epidemia de febre amarela de sua história. Antes de entrarmos nesse assunto, cabe ressaltar que a varíola, segundo alguns relatos, continuou a existir no Brasil colonial.

Embora a documentação sobre a disseminação da varíola pelas capitâneas seja esparsa e o foco de nossa análise seja a Bahia, percebemos que, depois do surto baiano, algumas outras localidades também tiveram epidemias ou casos isolados retratados na documentação. Os paulistas e seu avanço pelo sertão como grandes propagadores da doença no final do século, com diversos relatos de bexigas. A “*guerra dos bárbaros*” foi um dos principais fatores de disseminação da doença. Em 28 de maio de 1686, na Capitania de São Vivente no “*Terço dos paulistas*” o relato de que morreram vários escravos e soldados (DHBN, 1942, vol.



57, p. 84). Depois de conquistado Palmares, ao tentar controlar o sertão, os paulistas serviram de apoio incondicional no avanço pelo sertão do Estado do Grã-Pará e Maranhão e, dessa maneira, as bexigas os acompanhou por todo esse processo, conforme demonstram alguns relatos dizimando aldeias inteiras (AHU_ACL_CU_009, Cx. 9\Doc. 928, p. 1). Em 15 de março de 1696 Antônio de Albuquerque Coelho explicou: “*experimentou este Estado com o mal das bexigas uma notável ruína, na mortandade de muitos brancos, com a maior parte dos escravos, a que se seguem grandes fomes.*” (DHBN, 1937, vol. 38, p. 404). Assim, os pedidos de auxílio militar, financeiro e por alimentos pulularam. No final de 1698, vários pedidos (DHBN, 1937, vol. 38, p. 455-56, 458-59) foram feitos nesse sentido, já que muitos soldados se revoltavam perante à fome e às mortes de seus companheiros pelas bexigas (DHBN, 1937, vol. 38, p. 459). A doença era atrelada à falta de alimentos: “*Por algumas cartas que chegaram a esta cidade, ... Terço dos Paulistas eram mortas, ... por pessoas ... por doença das bexigas que lhes veio com falta de mantimentos*” (DHBN, 1938, vol. 39, p. 3-4). Dessa forma, a o governador do “*Estado do Brasil*” determinou que se enviassem alimentos, armas e dinheiro para apaziguar a situação na região logo no início de 1699 (DHBN, 1938, vol. 39, p. 13 - 14).

Um dos aspectos que nos chama a atenção é que as pessoas atingidas pela doença, quando sem condições materiais, estavam à mercê da caridade de instituições religiosas. No grande surto carioca da década de 90, o padre Francisco de Matos, reitor do Colégio da Companhia de Jesus exerceu papel importante no atendimento de pessoas carentes atingidas pelo achaque, incentivou outros padres a fazerem o mesmo (AHU_ACL_CU_017, Cx. 6\Doc. 567, p. 1). Nesse momento o surto de varíola foi tão grande no Rio de Janeiro que as obras básicas, como a manutenção de fortaleza para defesa da cidade, ruas, praças, ficaram abandonadas por falta de trabalhadores atingidos pela doença (AHU_ACL_CU_017, Cx. 6\Doc. 565, p. 1).

Como podemos observar na documentação, a população da Bahia e parte do Brasil colonial, na segunda metade do século XVII teve sua economia profundamente modificada pela expansão da doença e, sobretudo entre as décadas de 70 e 80 acelerou o processo de endividamento dos senhores de engenho perante à Coroa e credores.

Depois do surto da década de 60, a Bahia continuou a receber escravos doentes de variadas localidades, como aponta a documentação, sobretudo entre 1681 e 1682. Quem relatou a presença da doença na Bahia antes mesmo de 1685 foi Vieira. Em 1683, seu irmão

Bernardo Vieira de Ravasco, o Governador Antonio Sousa de Meneses, o *Braço de Prata*, entre outros, foram acusados de terem participado do assassinato do Alcaide da Bahia, Francisco Teles de Meneses (VIERA, 1928). Quando, em sua defesa, escreveu ao Conde da Castanheira, Simão Correia da Silva, em 25 de junho de 1683, afirmou que a Bahia passava por diversos problemas que fizeram com que a frota de 1683 fosse à Europa com “*mais queixas que caixas, porque faltou novidade do açúcar, e foi ano fertilissimo das novidades que V. S. “ouvirá por outras vias”*” (VIERA, 1928, p. 481). Segundo o Jesuíta, a situação da Bahia já em 1683 era muito terrível, “*À peste das bexigas se seguiu a fome, e à fome a guerra intestina, que tem destruído, e arruinado tudo*” (VIERA, 1928, p. 481). Vieira escreveu essa carta sob a acusação de ter participado de um complô e assassinato e, logicamente, para explicar a decadência geral da Bahia e defender a si e sua família deu peso à ruína social. Em 20 de junho, Vieira escreveu novamente ao Conde de Castanheira afirmando que muitas regiões ultramarinas se encontravam em dificuldades devido às doenças:

Goa, defendida por milagre, ficava ainda no mesmo perigo. Angola ardendo em peste de bexigas, e quasi despovoada. Esta costa novamente infestada de corsários, que tomaram o nosso Provincial, e na terra muitas doenças com freqüentes e arrebatadas mortes: tudo lástimas e desenganos (VIERA, 1928, p. 519).

3. A “*Bicha*”

O ano de 1685, dessa maneira, narrado por todos os setores da sociedade colonial, foi o ápice da epidemia no império português na parte Atlântico. É exatamente nesse contexto que surgiu a febre amarela no Brasil, na terra arrasada pela varíola e pelas dívidas que os colonos não conseguiam pagar. Segundo o estudo de Odair Franco, mais de 900 pessoas morreram e outras 25.000 se infectaram, apenas na Bahia (FRANCO, 1969, p. 25). A “*bicha*”, como foi chamada na documentação, era um novo tipo de peste que surgiu em Recife, Pernambuco, em 1685 e se espalhou por outras regiões, chegando à Bahia em 1686. Os relatos sobre as bexigas deixam de aparecer na documentação baiana para dar lugar às referências à “*bicha*”, que durou até a década de 90.

A febre amarela é uma doença ocasionada por um flavivirus, que tem como vetor os mosquitos: *Aedes Aegypti* nas zonas urbanas e o *haemagogus* nas zonas rurais. A doença, endêmica do continente africano, característica de primatas, chegou ao Brasil em 1685 no

Recife e rapidamente se espalhou por todo o território. Segundo os relatos da época, a doença chegou do continente africano a partir de um navio negreiro vindo de São Tomé, o qual tinha um barril de carne podre que teria sido aberto no Brasil e contaminado os ares. Entretanto, o viajante francês Bardot, esteve na ilha entre os anos de 1684 e 1686 e não se referiu à doença naquele contexto. Ainda mais, não se encontra nenhuma evidência de doentes a bordo do navio durante a viagem, apenas, quando já desembarcado e aberto o barril de carnes podres, e, por conseguinte, adoeceu um tanoeiro que teria transmitido a doença a outros moradores da mesma casa e o surto se alastrou (FRANCO, 1969, p. 12). Os sintomas do mal eram bastante novos para eles: *“Era huns o calor tépido, e o pulso sossegados; noutros inquietos, e grande febre; huns tinham anciãs, e delírios; outros animo quieto, e discurso desembaraçado. Huns com dor de cabeça, outros sem ellas, e finalmente desiguaes athe na crise do contágio, porque acabavão ao terceiro, ao quinto, ao sexto, ao sétimo, e ao nono dia; alguns ouve, que morreão ao primeiro e ao segundo”* (COUTO, 1904, p. 532).

A doença chegou à Bahia no dia 4 de abril de 1686. Um dos mais importantes relatos sobre a *bicha* foi a do historiador Sebastião da Rocha Pitta. Segundo ele, os dois primeiros a sofrerem com a doença foram dois homens que, na companhia de uma meretriz, foram envenenados por ela e, dessa maneira, difundiram a doença a todos. Boa parte da população do Recôncavo, segundo os relatos do historiador, contraiu o mal. As casas se encheram de doentes terminais e as Igrejas de mortos e nenhuma medida adotada por médicos conseguia minimizar as consequências e muitos deles acabavam morrendo também. Em carta de 2 de maio de 1686 a Diogo Marchão Temudo, Padre António Vieira asseverou que o mal era tão grande que parte da população corria para o mar afim de fugir da morte *“que pegava muitos”* (VIERA, 1928, p. 525 - 527). O próprio Vieira, em carta a Roque da Costa Barreto, em julho de 1689, afirmou que foi pego pela *bicha*:

“é a que escrevo de cama, em que três vezes me derribou a bicha, que quer Deus me morda só dos joelhos abaixo, posto que com uma terrível erisipela, acompanhada de tão ardente febre que totalmente me priva de juízo. Assim, o fez já o ano passado neste mesmo Junho e julho, em que depois de mês e meio de cama me deixou ainda nela a partida da frota” (VIERA, 1928, p. 577 - 78)

Ainda faz notar que pela quantidade de pessoas que contraíram a doença implicou na queda de produção dos engenhos: *“este ano deixaram de moer muitos engenhos, e no seguinte haverá muito pouco deles que possam fornecer”* (VIERA, 1928, p. 580 - 81). Afirmou que o

estado da economia era tão grave que, exacerbadamente, afirmou, “*brevemente tornaremos ao primitivo estado dos índios, e os portugueses seremos brasis*” (VIERA, 1928, p. 580 - 81). Dois anos depois, em carta ao Marquês das Minas, afirmou que a *bicha* ainda mordia o Recôncavo e, “*o mais mordido nos dois meses passados foi o colégio, em que da Páscoa ao Espírito Santo enterramos oito religiosos de todas as idades*” (VIERA, 1928, p. 617).

A causa dos sucessivos surtos de doenças que surgiam na Bahia, segundo o parecer do Governador António Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, era o tráfico negreiro. Segundo ele, sobretudo os escravos que vinham de Angola, Costa da Mina e São Tomé, estavam sujeitos às doenças pelas condições que ocorria no tráfico negreiro.

se evitassem todos os navios especialmente os que vinham de Angola e São Tomé e Costa da Mina, para assim se evitar os danos que com certeza julgavam os médicos e homens experimentados que vinham de ditas partes a corromper e infeccionar essa cidade, que contavam lamentável lástima se tem experimentado, e havendo-se respeito a outros exemplos de visitas que fizeram por ordem deste senado em os anos passados como a qual se fez na Nau Santa Marta e Nossa Senhora da Conceição as quais se mandaram para o morro fazer quarentena por cuja razão se continuarão sempre as visitas de ditos navios (...) que desembarcassem gente que vinha em dita embarcação por muitas dela danificada e muita dela com sarna e lepra, e constando ao dito médico por declaração do Capitão do dito pataxo se lhe haviam morto quinze ou dezesseis negros fora outros que se mataram a levantar (Atas da Câmara, s/dvol. 6, p. 23).

O medo do contágio por qualquer tipo de doença, supostamente advinda do continente africano, perpassou a documentação relativa à Bahia entre o início da década de 1680 e meados 1690. É muito importante ressaltar que, longe de saber as causas de todas essas doenças virais, os moradores do Recôncavo atribuíam à corrupção do ar a causa dos males e, nesse sentido, o tráfico negreiro era muitas vezes responsabilizado. Como observado no documento acima, além das “*bexigas*” e da “*bicha*”, outras doenças atingiram o Recôncavo. O surto de varíola, pelo que consta a documentação, acabou por volta de 1686 na Bahia. A febre amarela, entretanto, durou pelo menos até o início da década de 90. A intensidade foi muito menor na Bahia que em Pernambuco, onde surgiu a primeira campanha profilática da história do Brasil.

Os objetivos eram voltados para purificar o ar, por meio de quarenta de fogo nas ruas. Os próprios moradores ficaram encarregados de acender fogueiras com ervas cheirosas (murta, incenso, almecega, bálsamo, óleo de copaíba, erva cidreira, etc.) nas ruas durante um mês. Ainda, executaram estrondos de artilharia durante no nascer e findar do dia. Casas foram purificadas durante 8 dias, abrindo janelas, caiando-se as quais havia falecidos da febre.



Segregação dos doentes; enterro com covas fundas e fogueira sobre o sepultado – durante três dias. Foi criada uma polícia sanitária no porto. Elencaram um rol de meretrizes para serem expulsas, pois, foram consideradas responsáveis. Por fim, a proibição de “*mulheres de qualquer qualidade*” andarem sozinhas à noite. Todo o processo profilático está descrito no livro de Ferreira da Rosa (ROSA, 1694)

Quais as causas dessas epidemias terem atingido brutalmente o Brasil na segunda metade do século XVII? Embora desde o início da colonização houvesse surtos de variadas doenças, sobretudo pelos primeiros contatos entre europeus e indígenas, a segunda metade do século teve ao menos três grandes epidemias mortais: as de varíola de 65/66 e de 85 e a febre amarela do mesmo ano.

4. Considerações finais

A segunda metade do século XVII para os senhores de engenho da Bahia, a partir da análise da documentação das Atas da Câmara, das Cartas do Senado, dos pareceres do Conselho Ultramarino, é considerada um momento de crise em vários setores. A crise no setor açucareiro, até então abordada a partir da queda dos preços do açúcar que levou ao seu endividamento, isto é, observada a partir do mercado externo, ganha relevos mais fortes quando considerada a partir da conjuntura interna. A dívida dos senhores de engenho, que produziu em muitos casos a desmontagem do engenho, não ocorreu apenas pelas mudanças do mercado Europeu.

Lançadas à luz da perspectiva do endividamento dos senhores de engenho, alguns trabalhos consideraram os impostos criados depois da guerra de Restauração, elemento sinodal na composição das dificuldades passadas por eles, tais como o Dote e a Paz, Donativo criado na década de 60, o aumento do valor dos escravos, a escassez das moedas na colônia. Este artigo chama a atenção para um fator de suma importância para explicar a conjuntura de crise da segunda metade do século, as doenças e a mortalidade entre a escravaria.

Embora, os impostos criados para sanar as dívidas da Restauração tenham um peso valioso na composição do endividamento dos senhores de engenho, apenas culpá-los pelo processo seria contraproducente, assim como direcionar todos os problemas à concorrência das Antilhas. Sendo assim, os anos de 1665/66 no Recôncavo baiano são um momento no qual diversos senhores de engenho contraíram dívidas pesadas com credores devido à morte



na escravatura, gerando uma reação em cadeia na qual ainda na década de 80 reclamavam à Coroa. Ocorre que aliado à queda geral nos preços do açúcar nesse período e ao surgimento de outro surto de doença, a febre amarela, em 1686, o Recôncavo sofreu mais um duro golpe e, assim, temos o cume da crise em 1687, quando todos esses fatores de médio e curto prazo se somaram.

Referências

ALDEN, Dauril e MILLER, Joseph. “Out of Africa: The Slave Trade and the Transmission of Smallpox to Brazil, 1560-1831”. *The Journal of Interdisciplinary History*, Vol. 18, No. 2 (Autumn, 1987), pp. 195-224

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico sul*. 4ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Atas da Câmara. 1684-1700. Salvador, s/d., v. 6. “Termo de Resolução e assento que se tomou sober ir navio que veio da Costa da Mina de João Godinho Damaja ter a quarentena na Ilha de Itaparica no Sítio que [e]lha mão de manguinho por julgar o Médico da Cidade o doutro Manoel de Matos de Viveiros por não vir capaz e ser conveniente a que fosse esta quarentena”.

BOXER, Charles Ralph. Descriptive list of the state papers ‘Portugal’ 1661 – 1780 in the Public Record Office, London, vol. 1. P. 64. Documento assinado por Sir Robert Southwell (20/11/1666)

CALAINHO, Daniela Buono. “Jesuitas e medicina no Brasil colonial”. *Revista Tempo*. Vol. 19. Rio de Janeiro, 2005.

CARVALHO, Leonardo Dallacqua e SALLES, Wesley Dartagnan, “Variola, Tabaco e Sistemas Atlânticos”. *Revista Brasileira do Caribe*. Vol. 16. N. 32. 2016.

COUTO, D. Domingos do Loreto. *Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Anais da Biblioteca Nacional, 1904.

Documentos Históricos da Biblioteca nacional. Vol. 7. Rio de Janeiro, 1929.

____ “Portaria, que se passou para se mandar escravos a Fazendas Engenhos de Marcos Fernandes Monsanto na Capitania do Espírito Santo”

Documentos Históricos da Biblioteca nacional. Vol. 9. Rio de Janeiro, 1929.

____ “Carta para o Capitão Pedro Lobão Monteiro”.

Documentos Históricos da Biblioteca nacional. Vol. 28. Ministério da Educação e Saúde: Rio de Janeiro, 1934.

____ “Registo do Alvará por que se concedeu licença a Antônio de Andrade Mestre do Patacho Santo Antônio e Almas para ir à Costa da Mina”.

- “Registo do Alvará pelo qual se concedeu licença a João Martins Vianna Capitão do Patacho Nossa Senhora da Conceição e Santo Antônio”

Documentos Históricos da Biblioteca nacional. Vol. 32. Ministério da Educação e Saúde: Rio de Janeiro, 1936.

____ “Provisão de Sua Alteza sobre se não arrematarem os fructos da terra.”

Documentos Históricos da Biblioteca nacional. Vol. 38. Ministério da Educação e Saúde: Rio de Janeiro, 1937.

____ “Carta do Governador do Maranhão Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho.”



____ “Carta para Caetano de Mello de Castro Governador de Pernambuco sobre o 3.º dos Paulistas socorre-lo com gente e mantimentos, ... com armas. ... r o engenheiro ver o conserto de que necessita”

____ “Carta para o Capitão-mor da Paraíba Manuel Soares Albergaria sobre socorrer o Terço dos Paulistas com mantimentos e urgente possível e sobre uma carta para o Capitão-mor do Rio Grande”

____ “Carta para o Mestre de Campo Manuel Alvares de Moraes Navarro sobre a doença de Bexigas que deu no seu Terço falta de mantimentos quietação dos Officiaes e Soldados: e paz com o gentio”.

Documentos Históricos da Biblioteca nacional. Vol. 39. Ministério da Educação e Saúde: Rio de Janeiro, 1938.

____ “Carta para o Capitão-mor da Capitania do Rio Grande Bernardo Vieira de Melo, que se lhe remeteu por via do Capitão-mor da Paraíba, recomendando-se-lhe a resposta sobre o serviço de Sua Majestade que Deus guarde

____ “Carta para o Provedor da Fazenda do Rio Grande Manuel Tavares Guerreiro sobre os 6 mil cruzados que se lhe remeteram para socorrer o Terço dos Paulistas e ele socorrer ao Arraia”

Documentos Históricos da Biblioteca nacional. Vol. 57. Ministério da Educação e Saúde: Rio de Janeiro, 1942.

____ “Registo da Carta Patente do posto de Mestre de Campo do Terço de Paulistas brancos índios armados que por ordem do Sua Majestade que Deus guarde há de vir da Capitania de S. Vicente para a guerra dos bárbaros do Rio Grande provido na pessoa do Sargento-maior Manuel Alves de Moraes Navarro aprovado pelo mesmo Senhor para se lhe encarregar aquela guerra”.

Documentos Históricos da Biblioteca nacional. Vol. 67. Ministério da Educação e Saúde: Rio de Janeiro, 1945.

____ “Carta de Sua Alteza sobre Luiz Nunes Santarém não ser executado por seus credores mais que na metade do rendimento do seu Engenho”

____ “Cópia da Petição de Luiz Nunez’ Santarém”

Documentos Históricos da Biblioteca nacional. Vol. 86. Ministério da Educação e Saúde: Rio de Janeiro, 1949.

____ “Carta para os oficiais da Câmara sobre os oficiais da saúde.”

Documentos Históricos da Biblioteca nacional. Vol. 88. Ministério da Educação e Saúde: Rio de Janeiro, 1950.

____ “Parecer do Conselho Ultramarino. Lisboa, 24 de outubro de 1681.”:

____ “Parecer do Conselho Ultramarino. Lisboa, 13 de Novembro de 1681.”

Documentos Históricos da Biblioteca nacional. Vol. 89. Ministério da Educação e Saúde: Rio de Janeiro, 1950.

____ “Parecer do conselho Ultramarino. 15 de novembro de 1686.

____ “Parecer do conselho Ultramarino. 8 de novembro de 1681”

Documentos Históricos da Biblioteca nacional. Vol. 101. Ministério da Educação e Saúde: Rio de Janeiro, 1953.

____ “Registo de um Alvará de Licença concedido pelo Marquez das Minas Governador e Capitão Geral a Francisco Guerreiro Mestre da Sumaca por nome N. Sº. do Amparo Santo Antônio e Almas para carregar e partir para a Costa da Mina”.

ELLIOTT, John. *Imperial Spain. 1469 – 1716.* Edward Arnold. 1963.

FERLINI, Vera Lúcia. *Terra, trabalho e poder.* São Paulo: Brasiliense, 1988.



FRANCO, Odair. *História da Febre-amarela no Brasil*. Ministério da saúde. Departamento de endemias rurais. Rio de Janeiro, 1969

GURGEL, Cristina. *Doenças e curas. O Brasil nos primeiros séculos*. Editora Contexto: São Paulo, 2010.

HOBBSAWM, Eric. “The General Crisis of the European Economy in the 17th Century” *Past & Present*, nº 5. 1954. Pp. 33-53.

MARTELLI, Celina Maria. “Dimensão Histórica das Epidemias”. *Rev Patol Trop*. Vol. 6: 1997, pp 1 – 8.

MARTINS, Roberto de Andrade; et al. *Contágio. História da Transmissão das Doenças Transmissíveis*. São Paulo: Editora Moderna, 1997

OKUDA, Hiria Hiromi. *Soroepidemiológico e caracterização de amostras pela técnica de PCR e RFLP*. Tese de doutoramento em Epidemiologia Experimental e Aplicada as Zoonoses. USP: São Paulo, 2013.

PARKER, Geoffrey & SMITH, Lesley (org). *The general Crisis of the Seventeenth Century*. London and New York: Routledge, 1978.

PIMENTA, Tânia Salgado e GOMES, Flávio. *Escravidão, doenças e práticas de cura no Brasil*. CNPq/Outras Letras: Rio de Janeiro, 2016

PITTA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa*. Livro sexto. Imprensa Economica: Bahia, 1870

PRADI, Reginaldo. *Mitologia dos orixás*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ROMANO, Ruggiero. “Tra XVI e XVII século. Uma crisi econômica 1619-1622”. *Revista Estorica Italiana*. 1962.

LUBLINSKAYA, Alexandra Dmitrievna. *French Absolutism: The Crucial Phase. 1620 – 1629*. Cambridge University Press, 1968.

ROSA, João Ferreira. *Trattado Unico da Constituiçam Pestilential de Pernambuco*. Oficina de Miguel Menescal: Lisboa, 1694.

Projeto Resgate – Rio de Janeiro Avulsos (1614 - 1830)

___ AHU_ACL_CU_017, Cx. 2\Doc. 107.

___ AHU_ACL_CU_017, Cx. 2\Doc. 116

___ AHU_ACL_CU_017, Cx. 4\Doc. 362

___ AHU_ACL_CU_017, Cx. 4\Doc. 363

___ AHU_ACL_CU_017, Cx. 6\Doc. 567

___ AHU_ACL_CU_017, Cx. 6\Doc. 565

Projeto Resgate –Luisa da Fonseca (1599 - 1700).

___ AHU_ACL_CU_005, Cx. 25\Doc. 3006.

Projeto Resgate – Maranhão (1614 - 1833).

___ AHU_ACL_CU_009, Cx. 9\Doc. 928



SALLES, Wesley Dartagnan. A quebra do paradigma “Sentido Da Colonização”: notas sobre o debate historiográfico do Brasil Colonial, Antigo Sistema Colonial e Antigo Regime nos Trópicos. *Almanack* [online]. 2017, n.15, pp.245-293

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (. 1650 – c. 1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

SCHATZMAYR, Hernan. Gonçalves. “A Variola, uma antiga inimiga”. *Cad Saude Pública*. Vol. 17, 2001

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia da Letras, 2011. Primeira edição de 1985.

TREVOR-ROPER, Hugh. The General Crisis of the 17th Century. IN: *Past and Present*. n. 16. 1959. Pp. 31-64.

VERGER, Pierre. *Fluxo e Refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de todos os santos dos séculos XVII a XIX*. Trad. Tasso Gadzanis. São Paulo: Editora Corrupio, 1987.

_____. *Orixás*. Solisluna Design Editora, 2018

WALLERSTEIN, Emmanuel. Y a-t-il une crise du XVIIe siècle ?. In: *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 34^e année, N. 1, 1979.

VIEIRA, Antonio. **Cartas do Padre Antônio Vieira**. Coordenadas e anotadas por J. Lúcio D’Azevedo. Tomo 3. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928.

____ Carta CXCI - Ao Conde da Castanheira -1683 — Junho 25.

____ Carta CCVIII -Ao Conde da Castanheira - 1685 — Junho 20.

____ Carta CXCII. A Roque da Costa Barreto. 25 de junho de 1683.

____ Carta CCXII – A Diogo Marchão Temudo.

____ Carta CCXXXVII – Diogo Marchão Temudo

____ Carta CCLV – Ao Marquês das Minas – 1691 Julho 1.